

HOSPITAL CARE CALEDÔNIA S.A.

CNPJ/ME 25-249.439/0001-83

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R\$)

Balanço patrimonial					Demonstrações do valor adicionado					Demonstrações dos fluxos de caixa										
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado						
		2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020					
Ativo circulante																				
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.091	31.032	136.898	114.713															
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	82.065	93.067															
Contas a receber	7	-	-	331.736	213.001															
Estoque	8	-	-	48.949	32.506															
Impostos a recuperar	9	545	214	16.823	22.231															
Despesas antecipadas	10	-	-	2.401	775															
Partes relacionadas	10	33.498	9.797	-	479															
Outros ativos	10	1.440	152	44.942	19.826															
Total do ativo circulante		60.577	41.195	663.814	496.598															
Ativo não circulante																				
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	2.757	-															
Impostos a recuperar	9	-	-	7.179	8.903															
Outros ativos	12	14.311	-	28.411	-															
Opção de compra	17	-	-	81.452	36.110															
IR e CS diferidos	21	206	-	20.426	19.562															
Depósitos judiciais	10	186.231	23.222	9	2.971															
Investimentos	11	878.086	156.752	2.737	-															
Direito de uso	14	-	-	94.209	87.486															
Imobilizado	15	4.894	1.750	685.050	465.315															
Intangível	16	8.279	9.652	459.102	119.037															
Total do ativo não circulante		1.092.007	551.376	1.381.332	1.041.093															
Total do ativo		1.152.584	592.571	2.045.146	1.537.691															
Demonstrações do resultado																				
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado				
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020			2021	2020					
Receita líquida	23	-	-	1.616.710	983.750															
Custo dos serviços prestados	24	-	-	(1.408.255)	(888.623)															
Lucro bruto				208.455	95.127															
Despesas gerais e administrativas	25	(40.032)	(24.710)	(75.117)	(61.898)															
Despesas comerciais	25	(3.478)	(2.792)	(15.594)	(10.297)															
Resultado de equivalência patrimonial	25 e 11	135.080	41.675	(100)	-															
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	25	2.134	(330)	9.406	46.623															
Lucro antes do resultado financeiro		93.704	13.843	(81.405)	(25.572)															
Resultado financeiro		93.704	13.843	126.050	69.555															
Resultados financeiros	26	2.705	1.207	17.890	13.417															
Despesas financeiras	26	(25.139)	(4.646)	(76.907)	(33.271)															
Lucro operacional e antes do IR e da CS		71.270	10.404	67.033	49.701															
IR e CS - corrente	27	-	-	(41.664)	(23.438)															
IR e CS - diferido	27	-	-	54.325	(14.166)															
Resultado do exercício		71.270	10.404	79.694	12.097															
Participação de acionistas controladores		71.270	10.404	71.270	10.404															
Participação de acionistas não controladores		-	-	8.424	1.693															
Lucro por ação - R\$ Básico e diluído	22.f)	0,6205	0,0287	-	-															
Demonstração das mutações do patrimônio líquido																				
Reserva de capital						Total do patrimônio líquido					Total do patrimônio líquido					Total do patrimônio líquido				

...continuação – Vieses adquiridos separadamente são mensura- dos ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortiza- dos pelo método linear e pelas taxas mencionadas na nota expli- cativa nº 16 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reco- nhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ativo, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intan- gíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis nos exercícios apresentados nestas de- monstrações financeiras individuais e consolidadas. **Investimento** Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o in- vestimento nas subsidiárias está avaliado pelo método de equi- valência patrimonial. A Administração da Companhia, considera- do o seu conhecimento do negócio, o histórico de lucratividade e as perspectivas de mercado atuais, entende que as bases de preparação dessas demonstrações financeiras, que consideram a continuidade do negócio, são adequadas. **Consolidação** As de- monstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (diretamente ou indiretamente controlada), vide relação das entidades controladas na nota explicativa nº 12. A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando a Companhia possui: i) Poder e influência sobre uma investida. ii) Exposição, ou direitos a retornos variáveis da sua participação na investida. iii) Capacidade de utilizar seu po- der sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anterio- rmente. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas, assim como as coliga- das, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direi- tos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficien- tes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e disper- são das participações dos outros detentores de direitos de voto. • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto por outras partes. • Direitos de- correntes de outros acordos contratuais. • Quaisquer fatos e cir- cunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo o poder de voto em as- sembléias gerais. A consolidação da Companhia controlada ocorre quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termi- na quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Espe- cificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para ade- quar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo. Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das subsidiárias, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas financeiras decorrentes de transações efetuadas entre as Societades. As seguintes políticas contábeis são aplicadas para a consolidação das demonstrações fi- nanceiras consolidadas. **Controladas** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas de- monstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políti- cas contábeis às políticas contábeis do Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equi- valência patrimonial. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valo- res justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participa- ção não controladora na aquisição, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores remensurados previamente no resul- tado sobre abrangentes são reclassificados no resultado. Recei- tas, saldos e ganhos não realizados entre Societades da Com- panhia são eliminados. Os prejuízos não realizados são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“impair- ment”) do ativo transferido. **Transações com participações de não controladores** A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controla- dores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é regis- trada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são contabiliza- dos diretamente no patrimônio líquido. **Combinação de negócios** Na aquisição de uma entidade, a combinação de negócios é re- conhecida por meio de uma aquisição por meio de uma compra, que inclui o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida. O ativo é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identifi- cáveis mensurados ao valor justo. Por outro lado, a mais-valia é a diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos identifica- vels e seu respectivo valor contábil. A Companhia reconhece o valor justo de determinados ativos adquiridos e registrados por avaliadores independentes. A Administração considera a base na sua per- plicência em transações de aquisições, avalia a adequação dos valo- res determinados. Contudo, essas avaliações levam em conta de- terminado nível de julgamento. Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combina- ção de negócios. As variações no valor justo da contrapartida con- tingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ativo. **Ativo** O ativo resultante da aquisição de controlada e representa o ex- cesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores em uma combinação de negócios, e (iii) da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na aquisição em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adqui- ridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anterior- mente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Anualmente é realizado teste de redução ao valor recuperável do ativo relativo às aquisições das empresas, a Administração considerou como unidade geradora de caixa cada empresa adquirida. A análise é realizada com base em projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa, descontado a va- lor justo de determinado período. O teste de redução ao valor recuperável é realizado com base em projeções de longo prazo. Os resultados da redução ao valor recuperável do ativo nos exercícios apre- sentados nestas demonstrações financeiras individuais e consoli- das. **Arrendamento mercantil** Conforme o CPC 06 (R2) /IFRS 16 o ativo de direito de uso “arrendamento mercantil” é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos inicialmente incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos financeiros reconhecidos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. **Fornecedores** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pa- gamento for devido no período de até um ano, caso contrário os fo- rneecedores são apresentados como passivo não circulante. Essas obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, sub- sequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. Empréstimos e financiamentos são reco- nhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensu- rados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incor- rido (“pro rata temporis”). O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. **Custos de captação** Os custos dos empréstimos são contabilizados em despesa no pe- ríodo em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao em- préstimo. **Provisões** Uma provisão é reconhecida quando a Com- panhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômi- co seja exigido para liquidar a obrigação, e é possível estimar seu valor de maneira confiável. Uma provisão é registrada quando o melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obri- gação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obriga- ção presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente des- ses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde** Provisões técnicas são constitu- ídas nas controladas operacionais ZCARE e AIC e são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Du-

ros ativos e passivos Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado de forma confiável. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação legal ou cons- tituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acresci- dos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das varia- ções monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registra- das tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 me- ses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Instru- mentos financeiros** Os ativos e passivos financeiros são reconhe- cidos no balanço patrimonial da Companhia e de suas controladas quando este for parte das disposições contratuais dos instrumen- tos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos at- ivos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros não derivativos – classificação e mensuração** Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-los até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que con- tenham exclusividade de pagamento de principal e juros sobre o saldo por aberto. b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-los até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contemham paga- mento de principal e juros sobre o saldo em aberto. c) Ativos finan- ceiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que corres- pondem a ativos que não atendem as condições de ativos finan- ceiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial a Companhia avalia cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negó- cio da administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: i) A Companhia não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade, ou parte dele. ii) A Companhia transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de ca- xa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e be- nefícios do ativo. **Classificação dos ativos financeiros** **Ativos finan- ceiros mensurados a valor justo por meio do resultado** Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado de acordo com o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. Os ganhos e perdas, ganhos e perdas cambiais, são reconhecidos no resultado. Qualque- r ganho ou perda no momento do desreconhecimento também é re- conhecido no resultado. **Instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes** Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. Os ganhos de juros calculados de acordo com o método dos juros efetivos, os va- lores e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o resultado acu- mulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. **Instrumentos patrimoniais mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes** Esses ativos são subse- quentemente mensurados pelo valor justo. Os dividendos são reco- nhecidos como lucro nos resultados, exceto se os dividendos repre- sentarem claramente a distribuição de lucros e não de despesas. O ti- timento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resul- tado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contra- tuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a paga- mentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subse- quentemente mensurados pelo custo amortizado. Os ativos finan- ceiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, os quais são apresen- tados como ativo não circulante. Os principais ativos financeiros da Companhia e de suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, par- tes relacionadas, contas a receber e opção de compras. **Passivos fi- nanceiros** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obriga- ção for quitada, revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um pas- sivo existente forem significativamente alterados, essa substituição é considerada o cancelamento do passivo existente e a reconheci- mento de um novo passivo, sendo a diferença reconhecida no resul- tado. Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, opção de compra, partes relacionadas e contas a pagar por aquisição, mensurados pelo custo amortizado. **Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liqui- dá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **“Impairment” de ativos financeiros** A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas por “impair- ment”, para todos os ativos financeiros avaliados a custo amortizado. Na avaliação, o ativo é considerado “impaired” se o valor de compra, que inclui o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida. O ativo é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identifi- cáveis mensurados ao valor justo. Por outro lado, a mais-valia é a diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos identifica- vels e seu respectivo valor contábil. A Companhia reconhece o valor justo de determinados ativos adquiridos e registrados por avaliadores independentes. A Administração considera a base na sua per- plicência em transações de aquisições, avalia a adequação dos valo- res determinados. Contudo, essas avaliações levam em conta de- terminado nível de julgamento. Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combina- ção de negócios. As variações no valor justo da contrapartida con- tingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ativo. **Ativo** O ativo resultante da aquisição de controlada e representa o ex- cesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores em uma combinação de negócios, e (iii) da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na aquisição em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adqui- ridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anterior- mente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Anualmente é realizado teste de redução ao valor recuperável do ativo relativo às aquisições das empresas, a Administração considerou como unidade geradora de caixa cada empresa adquirida. A análise é realizada com base em projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa, descontado a va- lor justo de determinado período. O teste de redução ao valor recuperável é realizado com base em projeções de longo prazo. Os resultados da redução ao valor recuperável do ativo nos exercícios apre- sentados nestas demonstrações financeiras individuais e consoli- das. **Arrendamento mercantil** Conforme o CPC 06 (R2) /IFRS 16 o ativo de direito de uso “arrendamento mercantil” é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos inicialmente incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos financeiros reconhecidos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. **Fornecedores** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pa- gamento for devido no período de até um ano, caso contrário os fo- rneecedores são apresentados como passivo não circulante. Essas obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, sub- sequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. Empréstimos e financiamentos são reco- nhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensu- rados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incor- rido (“pro rata temporis”). O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. **Custos de captação** Os custos dos empréstimos são contabilizados em despesa no pe- ríodo em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao em- préstimo. **Provisões** Uma provisão é reconhecida quando a Com- panhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômi- co seja exigido para liquidar a obrigação, e é possível estimar seu valor de maneira confiável. Uma provisão é registrada quando o melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obri- gação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obriga- ção presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente des- ses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde** Provisões técnicas são constitu- ídas nas controladas operacionais ZCARE e AIC e são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Du-

Diagnóstico por Imagem de Curitiba Ltda. Societades tributadas com base na apuração de lucro presumido: Relações Financeiras Magnética de Campinas S.A., Clínica de Radiologia Vera Cruz S.A., Pronto Atendimento Centro Médico São Camilo S.A., Evolução Investimentos em Saúde Populacional Ltda., Hospital Especializado de Ribeirão Preto Ltda., Med Medicina Diagnóstico Ltda., Coris Medicina Vascular Ltda. Imagem Centro de Diagnóstico Médico S.A., CEDIP - Clínica de Diagnóstico por Imagem do Paraná Ltda., Vera Cruz Associação de Saúde e Instituto de Oncologia de Sorocaba. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **Resultado básico e diluído por ação** Calculado por meio do resultado de operação atribuído aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordi- nárias em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía instrumentos finan- ceiros conversíveis em ações, logo, o resultado básico e diluído por ação é o mesmo. **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações fi- nanceiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as dis- disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas vendas, inclusive receitas brutas, e as perdas por tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas de crédito esperada, pelos insu- mos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depre- ciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participações nos lucros de controladas, receitas financeiras e outros receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **Demonstrações dos fluxos de caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o IAS 7/CPC 03 (R2). **Informações sobre segmento** O Grupo opera no segmento hospitalar, planos de saúde e outros. Além da análise por segmento, os tomadores de decisões da Com- panhia analisam cada segmento de forma desagregada pelo resul- tado de cada unidade. A Companhia não possui receitas oriundas de clientes fora do território nacional. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** As estimativas e os julgamentos contábeis são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimati- vas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As esti- mativas e premissas que apresentam complexidade e julgamento relevante, estão contempladas abaixo: (a) Reconhecimento da receita Nas empresas operacionais investidas, a receita dos serviços prestados por hospitais é reconhecida com base no estágio de cura do paciente na data das demonstrações financeiras. No caso dos convênios, a Companhia aplica a tabela contratual de preços. De forma geral, as notas fiscais são emitidas quando o convênio apro- va a remessa de procedimentos enviada previamente para análise. Os valores dos serviços prestados para os quais o faturamento ainda não ocorreu são reconhecidos como “Receitas a futuro”. Para as receitas decorrentes das empresas de planos de assistência à saúde o resultado das transações é apurado pelo regime de com- petência dos exercícios. As Contraprestações Efetivas são apro- priadas da receita considerando-se o período de cobertura do risco, pro- rata dia, quando se trata de contratos com preços preestabelecidos. Os Eventos Conhecidos ou Avisados são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento ju- rídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado insolvente, a Companhia utiliza o método de provisões baseado em provisionamentos integralmente pelo valor do crédito devido por terceiros, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso de ocorrência e da cobrança de pagamento. Os eventos de custo pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda/esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento

...continuação) rias das empresas HES, IOS e HPC que correspondem ao total de R\$6.933. b) Possíveis i) Cíveis Os processos cíveis da Companhia classificados como risco de perda possível são: a) Acionistas, em sua maioria, por ações indenizatórias e ações de beneficiários de plano de saúde tentando cobertura de tratamentos não constantes no rol de procedimentos obrigatórios da ANS e totalizam o montante de R\$66.862 (R\$48.384 em 2020). Não há processos individualmente relevantes. ii) Trabalhistas Os processos trabalhistas da Companhia classificados como risco de perda possível são compostos, em sua maioria, por reclamações trabalhistas postulando pagamento de adicional de insalubridade, diferenças de adicional de insalubridade, horas extras e intervalo intrajornada, que totalizam R\$53.919 (R\$7.411 em 2020). iii) Tributários Os processos tributários da Companhia classificados como risco de perda possível referem-se, em sua maioria, a pedidos de restituição do SUS, por atendimento na rede pública de beneficiários de plano de saúde. Atualmente, perfazem o montante de R\$21.263 (R\$25.191 em 2020). Durante o segundo trimestre de 2021 houve uma alteração na classificação de risco, por remoto, no valor aproximado de R\$20 milhões devido a decisão favorável não reconhecendo o direcionamento da execução fiscal para a empresa HVC. O processo continua em andamento processual e sendo acompanhado pela área competente da Companhia. Em dezembro de 2021, após reanálise do prognóstico de risco, os processos nos quais a União considera sem efeito as compensações realizadas pela Companhia e cobra débitos que ela entende devidos a título de contribuição previdenciária, acrescidos de multa, que somados, totalizam R\$20.527 foram classificados como perda possível, passando a ser divulgado, mas não reconhecido no passivo. c) Movimentação dos saldos

	Cíveis	Tribut-	rios	Total
Saldo em 31/12/2019	10.792	4.042	40.790	55.624
Correções	7.290	1.632	1.195	10.117
Correção Monetária	1.035	827	266	2.128
Reval	(2.071)	(668)	-	(2.739)
Pagamentos	(1.285)	(28)	-	(1.313)
Saldo em 31/12/2020	15.761	5.805	42.251	63.817
Reversões	7.385	6.864	12.348	26.633
Correção Monetária	1.680	1.385	1.130	4.195
Reversões	(5.448)	(1.806)	(35.579)	(42.833)
Pagamentos	(1.770)	(789)	-	(2.559)
Saldo em 31/12/2021	18.608	11.458	20.186	50.252

(i) Substancialmente representado pelo saldo de combinação de negócios no montante de R\$14.168, vide nota explicativa nº 12. d) Depósitos judiciais

	2021	2020
Depósitos tributários (*)	14.530	13.832
Depósitos trabalhistas	3.637	2.159
Depósitos cíveis	2.252	3.571
Total	20.428	19.562

(*) Inclui depósitos judiciais de R\$11.199 (R\$10.900 em 2020), corrigidos pelo IPC, relacionados a processo contra Prefeitura Municipal de Campinas discutindo o valor a ser pago a título de IPTU por divergência quanto à base de cálculo a ser utilizada. 22. **Patrimônio Líquido** Em 31/12/2021, o capital social da Companhia é de R\$541.974 (R\$493.421 em 2020), compostos por 129.351.918 ações ordinárias (381.680.831 ações ordinárias e 18.186.727 ações preferenciais em 31/12/2020. a) Composição do capital social 2020

Quantidade de ações	Classe de ações	Participação
Acionistas		
Hospital Care S.A.	Ordinárias	95,31%
Demais acionistas (i)	Preferenciais	4,55%
Total		100%

2021

Quantidade de ações	Classe de ações	Participação
Acionistas		
Créspera Growth Capital Master Fundo de Investimento em Participações Multistратегia	Ordinárias	35,67%
Abapora Fundo de Investimento em Participações Multistратегia Investimento no Exterior	Ordinárias	20,78%
Colmar Fundo de Investimento em Participações Multistратегia Investimento no Exterior	Ordinárias	17,32%
Minoritários HVC	Ordinárias	10,12%
Minoritários SLHC	Ordinárias	6,07%
Minoritários SLHC	Ordinárias	3,68%
Minoritários Austa	Ordinárias	2,85%
Demais acionistas - pessoais físicas	Ordinárias	3,51%
Total		100%

De acordo com o estatuto da Companhia cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais (2020) possuem as seguintes características: i) não conferem direito de voto aos seus titulares, exceto conforme previsto na Lei 6.404/76; (ii) tem prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; e (iii) participação proporcional, junto com as ações ordinárias, na distribuição dos lucros da Companhia, não há previsão expressa de resgate e não há rentabilidade. b) Movimentação do capital social

Movimentação em 2021	Quantidade de ações
Ações Ordinárias em 31 de dezembro de 2020	381.680.831
Ações Preferenciais em 31 de dezembro de 2020	18.186.727
Total de ações em 31 de dezembro de 2020	399.867.558
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (ações preferenciais)	18.186.727
Conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, AGE 17 de fevereiro de 2021	(18.186.727)
Ações Ordinárias	381.680.831
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (ações ordinárias)	381.680.831
Aumento de capital, AGE 17 de fevereiro de 2021	8.755
Conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, AGE 17 de fevereiro de 2021	18.186.727
Ações Ordinárias	399.876.313
Grupo das ações, atribuindo	
1 nova ação em substituição a cada grupo de 4 ações, AGE 23 de março de 2021	99.969.078
Aumento de capital, AGE de 30 de junho de 2021 (ações ordinárias)	29.382.840
Total de ações em 31 de dezembro de 2021	129.351.918
Movimentação em 2020	
Ações Ordinárias em 31 de dezembro de 2019	312.000.000
Ações Preferenciais em 31 de dezembro de 2019	14.660.527
Total de ações em 31 de dezembro de 2019	326.660.527
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (ações preferenciais)	14.660.527
Aumento de capital, AGE de 03 de novembro de 2020	1.731.989
Aumento de capital, AGE de 30 de dezembro de 2020	1.794.211
Ações Ordinárias	18.186.727
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (ações ordinárias)	312.000.000
Aumento de capital, AGE de 21 de janeiro de 2020	29.857.820
Aumento de capital, AGE de 30 de outubro de 2020	39.823.011
Ações Ordinárias	381.680.831

c) Dividendos propostos O saldo a pagar de dividendos em 31/12/2021 é de R\$21.095 e R\$21.574 (R\$2.586 e R\$2.803 em 2020), individual e consolidado, respectivamente. Os dividendos foram calculados e distribuídos como segue:

Base de cálculo dos dividendos

	2021	2020
Lucro do exercício	71.720	10.404
Compensação de prejuízos acumulados	(7.934)	(10.404)
Absorção de prejuízo	-	-
Reserva legal	(3.564)	-
Lucro líquido do exercício ajustado	50.302	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	14.578	-
Total distribuído aos acionistas	14.712	-
Percentual distribuído sobre o lucro líquido	20,71%	-

d) Subscrição do capital social Em 21/01/2020 foi deliberado em AGE o aumento de R\$5.870 novas ações ordinárias, totalizando um aumento de capital no valor de R\$63.000. Em 15/01/2021 a Hospital Care S.A. realizou a integralização de capital no montante de R\$50.335, referente a capital subscrito em 31/12/2020. Em 17/02/2021, foi deliberado em AGE a incorporação da controladora Hospital Care S.A. pela Companhia com base em laudo preparado por avaliadores independentes. O capital subscrito decorrente da incorporação foi de R\$48.532, vide nota explicativa nº 1.4.1.iii. e) Reserva legal Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76, a cada 34, item (a) do Estatuto Social da Companhia, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício. No exercício de 2021, foi constituída reserva legal no valor de R\$3.564. f) Resultado básico e diluído por ação O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Cálculo em 31/12/2021.

Preferenciais	Ordinárias	Total
Resultado do exercício atribuível aos	-	71.720
Controladores da Companhia	-	71.720
Ações disponíveis	-	129.351.918
Média ponderada das ações disponíveis (i)	585.463	114.276.006
Resultado por ação básico e diluído - R\$	-	0,6205

(i) A média ponderada das ações considera a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias e o agrupamento das ações, atribuindo 1 nova ação em substituição a cada grupo de 4 ações, vide nota explicativa nº 17 (b). Cálculo em 31/12/2020

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Hospital Care Calcedônia S.A. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hospital Care Calcedônia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do balanço abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hospital Care Calcedônia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Hospital Care Calcedônia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Base de Referência** Os procedimentos de auditoria incluídos, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos para os processos de reconhecimento de receita; (ii) a avaliação do

Preferenciais	Ordinárias	Total
Resultado do exercício atribuível aos Controladores da Companhia	-	10.404
Ações disponíveis	-	10.404
Média ponderada das ações disponíveis (i)	18.186.727	381.680.831
Resultado por ação básico e diluído - R\$	-	0,0287

g) AGE em transações de capital AGE gerado através da aquisição de participação das controladas onde os valores efetivamente pagos pelas participações foram superiores aos valores de livros em R\$31.890. h) Migração de acionistas minoritários A Companhia realizou uma reestruturação societária onde os sócios não controladores das controladas indiretas da Controladora trocaram a participação societária que detinham nas controladas indiretas por participação societária nas controladas diretas da Companhia, de tal forma que os sócios não controladores detivessem participação societária na controladora que possui participação nas controladas indiretas. Esta reestruturação resultou em uma variação entre a nova participação da Controladora no patrimônio líquido de suas investidas (controladas diretas) e o impacto de resultado operacional que havia sido realizado e contabilizado por equivalência no percentual anterior. i) Participação de não controladores na aquisição de controladas No exercício findo em 31/12/2021, refere-se à aquisição do HPC (em que foi adquirido 60% de participação societária) sendo 40% de não controladores no montante de R\$32.453, aquisição do IOS (em que foi adquirido 75% de participação societária) sendo 25% de não controladores no montante de R\$564, o valor residual de R\$5.194 se refere à alocação de mais valias dos minoritários. 23. **Receita Líquida de Serviços Prestados - Consolidado**

	2021	2020
Prestação de serviços médicos e hospitalares	1.264.699	748.258
Contraprestação efetiva de operações de planos de assistência de saúde	453.025	287.198
Outras receitas	18.780	4.728
Total da receita bruta	1.736.504	1.040.184
Impostos	(19.147)	(43.353)
Glossas aceitas	(19.752)	(12.967)
Outras deduções	(895)	(112)
Total das deduções da receita	(119.794)	(56.422)
Total da receita líquida	1.616.710	983.759

24. Custos dos Serviços Prestados por Natureza - Consolidado	2021	2020
Serviços de terceiros	(496.997)	(296.715)
Materiais e medicamentos	(359.399)	(199.695)
Salários e encargos operacionais	(418.193)	(254.878)
Depreciação e amortização	(46.136)	(38.849)
Utilidades (energia elétrica, água e esgoto)	(23.833)	(20.040)
Custos de manutenção	(57.357)	(18.478)
Instalações e equipamentos	(7.340)	(59.968)
Custos diretos	(1.409.255)	(888.623)
Total	(4.096.255)	(2.527.527)

25. **Despesas por Natureza - Consolidado**

	2021	2020
Despesas gerais e administrativas	(53.577)	(27.495)
Despesas com encargos operacionais	(27.738)	(6.095)
Serviço de terceiros	(27.738)	(6.095)
Depreciação e amortização	(12.417)	(7.951)
Reversões e provisões	(2.527)	(21.506)
Outras despesas	(886)	(4.900)
Despesas com Aquisições	(306)	(151)
Aluguel e manutenção de máquinas e equipamentos	(1.460)	(863)
Despesas com viagens	(1.707)	(2.399)
Despesas com utilidades	(1.707)	(1.175)
Recuperação (despesas)	(1.707)	(1.175)
Despesas com despesas e reembolso de despesas com partes relacionadas	50.023	25.446
Outras	6.499	1.656
Comercial	(40.032)	(24.710)
Marketing	(3.478)	(2.792)
Resultado de equivalência patrimonial	(13.478)	(2.792)
Outras despesas	135.080	41.675
Despesas gerais e administrativas	(17.545)	(4.538)
Impostos, taxas e multas	(402)	(273)
Despesas com encargos operacionais	(4.908)	(6.095)
Reinvestimento	(7.444)	(57)
Outras receitas (despesas)	2.134	(3.340)
Total de despesas	9.370	13.843

(*) O valor de R\$20.254 está substancialmente representado pela reversão de processos da Companhia após reanálise de prognóstico de risco, conforme divulgado na nota explicativa nº 21.b.iii). 26. **Resultado Financeiro**

	2021	2020
Receitas financeiras	1.933	297
Rendimento de aplicações	1	30
Descontos obtidos	3	40
Rendimentos sobre aplicações	427	3.549
Outras receitas financeiras	76	880
Resultado de equivalência patrimonial	-	90
Variação cambial e monetária	278	1.186
Total	2.705	12.007

27. **Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos** O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos, no resultado são reconhecidos como segue:

	2021	2020
Lucro antes do IRPJ e CSLL	71.720	10.404
(i) Alíquota combinada	34%	34%
(ii) Despesa) crédito com IRPJ e CSLL	(24.232)	(3.537)
Adições/exclusões permanentes, líquidas	(3.354)	(2.055)
Provisão/reversão de IR/CS diferidos	(18.341)	(8.577)
Equivalência patrimonial	45.927	14.169
Resultado (Despesa) de IRPJ e CSLL	-	-
Corrente	-	-
Diferido	-	-

	2021	2020
Lucro antes do IRPJ e CSLL	67.033	49.701
(i) Alíquota combinada	34%	34%
(ii) Despesa) crédito com IRPJ e CSLL	(22.791)	(16.898)
Adições/exclusões permanentes, líquidas	(1.628)	(4.307)
Provisão/reversão de IR/CS diferidos	28.585	(14.665)
Equivalência patrimonial	(34)	-
Controladas tributadas pelo lucro presumido	12.661	(37.604)
Recorre	(41.664)	(23.438)
Diferido	54.325	(14.166)
Alíquota efetiva	19,1%	76%

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos A composição dos impostos diferidos ativos e passivos é demonstrada da seguinte maneira:

	Base de cálculo	Impostos diferidos
Impostos ativos	68.159	23.174
Perdas de crédito esperada	1.078	1.641
Depósito judicial - IPTU	4.827	1.641
Provisão para riscos	32.142	10.928
Impostos passivos	106.206	36.112
Depreciação e amortização	(2.932)	(997)
Depreciação e amortização	(21.172)	(7.198)
Provisões técnicas	(74.780)	(25.425)
Impostos diferidos, líquidos	31.426	10.685

(i) Custo atribuído ao imóvel da empresa HVC conforme laudo de avaliação de 31/12/2010. Adições / exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa A Companhia adotou o procedimento de recon-

hecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias tributáveis apuradas ao final de cada período, entre os saldos de ativos e passivos contabilizados nas demonstrações financeiras e as bases fiscais utilizadas para a apuração dos lucros tributáveis. A realização dos impostos diferidos, relativos às diferenças temporais, está condicionada a eventos futuros, que tornaram-se prováveis que lhe deram origem devidos, já a realização da natureza de imposto diferido sobre prejuízos fiscais, está condicionada à compensação dos saldos, nos termos da legislação fiscal em vigor. O saldo de prejuízo fiscal em 31/12/2021 é de R\$121.804 e R\$202.415 (R\$61.886 e R\$139.960 em 2020, incluindo a parcela não reconhecida), controladora e consolidado, respectivamente. A estimativa de realização dos impostos diferidos ativos está assim composta:

Ano	Valor
2021	13.011
2022	18.186
2023	20.968
2024	22.635
2025	9.556
A partir de 2027	7.276
Total	91.632

28. **Instrumentos Financeiros** A Companhia e suas controladas operam com instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2021 e de 2020. Os valores contabilizados no ativo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos que são sistematicamente renegociados os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. A Companhia e suas controladas possuem exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: "Risco de crédito", "Risco de liquidez", "Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e de capital. Estrutura de gerenciamento de risco As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. São mantidas operações com instrumentos financeiros não derivativos onde os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração e o resultado das transações com instrumentos financeiros é reconhecido no resultado. A Administração entende que não existe risco significativo de perdas a esses instrumentos pelo fato de serem operações com instituições de primeira linha e operações de baixo risco. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros:

Ativos financeiros		Classificação por Categoria		2021	2020
Caixa e equivalentes		Custo amortizado		25.091	31.032
Partes relacionadas		Custo amortizado		219.729	33.019
Opção de compra		Valor justo por meio do resultado		14.311	259.131
				259.131	64.052
Passivos financeiros		Classificação por Categoria		2021	2020
Fornecedores		Custo amortizado		1.929	9.864
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado		87.578	50.380
Debêntures		Custo amortizado		309.564	-
Opção de venda		Valor justo por meio do resultado		-	28.330
Contas a pagar		Custo amortizado		90.447	83.702
Por aquisição				517.848	143.946
Consolidado		Classificação por Categoria		2021	2020
Ativos financeiros		Custo amortizado		2021	2020
Caixa e equivalentes		Custo amortizado		136.898	114.713
Partes relacionadas		Custo amortizado		84.822	93.067
Partes relacionadas		Custo amortizado		9	3.455
Contas a receber		Custo amortizado		331.736	213.001
Opção de compra		Valor justo por meio do resultado		28.411	581.876
				581.876	424.233
Passivos financeiros		Classificação por Categoria		2021	2020
Fornecedores		Custo amortizado		167.620	132.040
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado		357.772	307.469
Debêntures		Custo amortizado		309.564	-
Opção de venda		Custo amortizado		36.710	-
Contas a pagar por aquisição		Custo amortizado		152.460	188.021
				1.024.326	627.530

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. Risco de crédito Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente das aplicações financeiras dos depósitos bancários e da inadimplência das contas a receber. A Administração, visando minimizar os riscos de créditos relativos às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituições de primeira linha. Com relação às contas a receber são realizadas ações de cobrança assim que surgem pendências de recebimento se utilizando do departamento financeiro visando melhorar a performance de cobrança. Exposição ao risco de crédito O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do exercício é demonstrada como segue:

	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 5 anos	Acima de 5 anos	Juros a receber
Fornecedores	166.189	940	691	-	167.820
Empréstimos, financiamentos e debêntures	195.358	181.535	401.467	10.266	788.626
Contas a pagar por aquisição	55.738	93.181	14.815	-	163.734

	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 5 anos	Acima de 5 anos	Juros a receber
Operação					
Fornecedores	117.815	14.225	-	-	132.040
Empréstimos e financiamentos	166.182	127.238	-	-	33.697
Contas a pagar por aquisição	140.013	58.210	-	-	138.223
Risco de mercado	A Companhia e suas controladas atuam na prestação de serviços médico-hospitalares em hospitais, clínicas, pronto-socorro e outras organizações de gênero médico-hospitalar, com assistência e prestação de serviços de tomografia e serviços de ressonância magnética. A Administração entende que não existe risco preponderante na atual atividade e que as condições de mercado são bastante favoráveis ao desenvolvimento do setor. Em 31/12/2021 e 31/12/2020, não havia concentração de risco de crédito relevante associada a clientes. 29. Informação por Segmento Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia atua em 3 segmentos, sendo: Serviços hospitalares, atividades de pronto-socorro e unidades hospitalares em diversas especialidades.				
	Serviços hospitalares	Plano de saúde	Serviços de pronto-socorro	Unidades hospitalares	Juros a receber
ativo circulante	480.361	162.999	1.033.712	53.719	1.670.791
ativo não circulante	1.312.073	214.707	1.312.073	214.707	2.843.560
ativo total	(673.376)	(48.244)	(380.359)	(22.696)	1.670.791
passivo circulante	(380.359)	22.696	(1.053.311)	(80.904)	1.670.791
passivo não circulante	(258.342)	(133.803)	(1.312.073)	(214.707)	2.843.560
passivo total	(1.312.073)	(214.707)	(1.053.311)	(80.904)	1.670.791
patrimônio líquido	(258.342)	(133.803)	(380.359)	(22.696)	1.670.791
patrimônio líquido	(1.312.073)	(214.707)	(1.053.311)	(80.904)	2.843.560
Ativo	Serviços hospitalares	Plano de saúde	Serviços de pronto-socorro	Unidades hospitalares	Juros a receber
receita líquida	1.429.167	454.565	1.429.167	454.565	3.767.464
juros dos serviços prestados	(1.245.216)	(432.573)	(1.245.216)	(432.573)	3.767.464
receita bruta	1.833.951	21.992	1.833.951	21.992	3.767.464
despesas gerais e administrativas	(27.832)	(6.580)	(27.832)	(6.580)	3.767.464
despesas comerciais	(10.284)	(1.767)	(10.284)	(1.767)	3.767.464
resultado de equivalência patrimonial	23.586	14.710	23.586	14.710	3.767.464
despesas operacionais, líquidas	(135)	(15.477)	(135)	(15.477)	3.767.464
juros antes do resultado financeiro	183.816	6.519	183.816	6.519	3.767.464
resultado financeiro					
imposto de renda e contribuição social					
lucro líquido do exercício					

...continuação dentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de	auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida signifi-	cativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio	do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na audito-	ria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 31 de maio de 2022. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Audidores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 Renato Foganholi Asam Contador - CRC nº 1 SP 264889/O-0
--	---	---	---	--

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 10/06/2022 16:17:11 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.